

# ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO E DA EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL DE 1990 A 2005<sup>1</sup>

Vanessa de Cillos Silva<sup>2</sup>  
Carlos José Caetano Bacha<sup>3</sup>

**Resumo:** objetivo do trabalho é analisar o funcionamento e a evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005 e comparar as vantagens e desvantagens que elas apresentam em relação aos bancos comerciais. Para tanto, foi utilizado referencial analítico e método de análise descritivos nos quais se destacaram os subtipos de cooperativas de crédito. Dentre as experiências mais antigas destacam-se as de Schulze-Delitzsch e de Raiffeisen, que inspiraram Luzzatti. E a experiência mais recente é formada pelas cooperativas do tipo Desjardins. Os principais resultados encontrados foram que as cooperativas de crédito são bastante significativas, representando 14,97% do total, contando com 30,7% do total de associados e empregando 13,36% do total de empregados em dezembro de 2004. Pode-se observar, também, que o maior número de cooperativas encontra-se no Sudeste (39,78% do total nacional), seguido do Nordeste (22,67% do total nacional). Rio de Janeiro e São Paulo são os estados de maior número de cooperativas no Brasil. Juntos, esses estados respondem por 27,02% do total de cooperativas do Brasil. As vantagens das cooperativas em relação aos bancos são facilmente destacadas, sendo que as principais são quanto ao sistema de direção, as oportunidades de menores taxas nas operações de empréstimos, possibilidade dos associados se beneficiarem da distribuição de sobras ou excedentes. Isto, no entanto, não faz as cooperativas terem maior risco e menor rentabilidade que os bancos.

**Palavras-chaves:** cooperativas, crédito rural, bancos, comparação, Brasil.

**Códigos JEL:** G2, G21, Q14

## ANALYSIS OF PERFORMANCE AND EVOLUTION OF RURAL CREDIT CO-OPERATIVES IN BRAZIL FROM 1990 TO 2005

**Abstract:** *this paper aims to analyze how rural credit co-operatives work and their evolution in Brazil from 1990 to 2005. Special attention is paid to their advantages and disadvantages in relation to commercial banks. Report analysis of subtypes of co-operatives are employed, highlighting Schulze-Delitzsch and Raiffeisen types as precursor of Luzzatti co-operatives and Desjardins as the most modern co-operative type. The main findings are: rural credit co-operatives are significant, answering for*

---

<sup>1</sup> Recebido em 19/12/2006. Liberado para publicação em 19/02/2007.

<sup>2</sup> Estudante de mestrado em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, E-mail: vanessa.cs@terra.com.br.

<sup>3</sup> Professor Titular da ESALQ/USP, E-mail: cjcbacha@esalq.usp.br.

*14.97% of total number of co-operatives, having 30.7% of total associates and employing 13.36% of total co-operative system's employees on December, 2004. Southeast and northeast are the house for 39.78% and 22.67%, respectively, of total number of co-operatives in Brazil. States of Rio de Janeiro and Sao Paulo harbor most of co-operatives and together they house 27.02% of total number of co-operatives in Brazil. Rural credit co-operatives have advantages in relation to commercial banks in relation to: system organization, lower rates charged from loaners and participants have the opportunity to share co-operative's profits.*

**Key words:** *co-operatives, rural credit, comparison, Brazil.*

## **1. Introdução**

Segundo o SEBRAE (2006), cooperativa é “uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços a seus associados (número mínimo de 20 pessoas físicas). É uma empresa com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é, ao mesmo tempo, dono e usuário da cooperativa: enquanto dono ele vai administrar a empresa, e enquanto usuário ele vai utilizar os serviços”.

As sociedades cooperativas são classificadas como: cooperativas singulares, ou de 1º grau, quando destinadas a prestar serviços diretamente aos associados; cooperativas centrais e federações de cooperativas, ou de 2º grau, aquelas constituídas por cooperativas singulares e que objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços; e confederações de cooperativas, ou de 3º grau, as constituídas por centrais e federações de cooperativas e que têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais ou federações (Pinheiro, 2005).

Existem vários segmentos nos quais o cooperativismo pode ser aplicado em benefício de muitas pessoas, entre eles: produção, agropecuária, crédito, trabalho, saúde, turismo e lazer, educação, consumo, habitação, mineral, infra-estrutura, especial e transporte.

O cooperativismo, como instrumento de melhoria econômica e social, fortalece suas ações com o objetivo de interagir seus princípios em função de dois aspectos: a ação individual e a ação do grupo. Analisando o interesse individual em solucionar os problemas de ordem econômica e social, o indivíduo conclui que, se unindo a outros, poderá alcançar resultados positivos.

O cooperativismo é um instrumento capaz de transformar em círculo virtuoso o círculo vicioso da pobreza. No caso do ramo de crédito, esse sentimento ganha força na medida em que se consolida o entendimento de que o desenvolvimento de um país com o nosso grau de desigualdade social depende fortemente do acesso, por parte dos cidadãos menos favorecidos e daqueles responsáveis por pequenos negócios, aos serviços financeiros.

A idéia das primeiras cooperativas de crédito era permitir que as pessoas juntassem dinheiro e pudessem tomar empréstimos mutuamente criando, assim, condições para que a população mais pobre do campo pudesse ter alternativas para sair da miséria e melhorar de vida.

As primeiras cooperativas de crédito foram organizadas na Europa a partir da segunda metade do século XIX, principalmente na Alemanha e na Itália.

O cooperativismo de crédito no Brasil teve seu início em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor Amstadt, conhecedor da experiência alemã. Ele o transplantou em solo brasileiro. Esse modelo aplicava-se, preferencialmente, junto a pequenas comunidades rurais ou pequenas vilas. Fundamentava-se na honestidade de seus cooperados e atuava, basicamente, junto aos pequenos produtores rurais. Não dava importância ao capital dos cooperados (SEBRAE, 2005).

A partir desta iniciativa, outras organizações de crédito foram criadas no Rio Grande do Sul e difundidas nos demais estados, principalmente das regiões Sul e Sudeste do país.

As cooperativas de crédito tiveram crescimento do início do século XX até meados da década de 60. A partir daí, começaram a declinar, principalmente devido ao advento da Lei 4.595/64 (lei da reforma bancária), que reestruturou o sistema financeiro nacional e definiu novas normas de política creditícia, implementadas pelo Governo Federal.

Logo em seguida, a seqüência dessa legislação corporificou-se na lei federal nº 5.764/71, que definiu a Política Nacional do Cooperativismo, e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, restringindo o campo de atuação das cooperativas de crédito e criando obstáculos à autogestão das cooperativas de crédito, equiparadas neste particular às demais instituições financeiras.

Só entre o final da década de 80 e início da década de 90, as cooperativas de crédito voltam a crescer, reestruturando-se a partir da autorização de funcionamento pelo Banco Central. Este é o caso da Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul, agente financeiro acoplado às cooperativas de produção, dando início ao ressurgimento do cooperativismo brasileiro de crédito, dentro do que eles chamaram de Sistema Integrado de Crédito Rural (SICREDI).

Segundo Porto (2002, p.44), “as cooperativas de crédito no Brasil seguem três modelos bem distintos: Cooperativas de Crédito Rural – organizadas por produtores rurais, com objetivo de, através da ajuda mútua, atender suas necessidades de crédito rural e prestar-lhes serviços do tipo bancário; Cooperativas do Tipo Luzzatti – de ambiência tipicamente urbana, tendo a característica predominante de ter o quadro social aberto à população, por isso mesmo sendo conhecidas como “bancos populares”; e Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo – cujo quadro social é formado por trabalhadores, sejam de empresas privadas ou entidades públicas, ou ainda, de determinada profissão ou atividade”.

As cooperativas de crédito rural possuem o potencial de permitir aos produtores rurais o acesso a linhas de crédito mais adequadas a sua produção e com trâmite e burocracia adaptados à realidade do produtor rural. No entanto, elas competem com os bancos comerciais que são favorecidos pelo Banco Central para operar as linhas de crédito rural oficial. Para melhor entender o potencial, as vantagens e desvantagens das cooperativas de crédito rural é necessário comparar o seu funcionamento com os bancos comerciais.

## **2. Objetivo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento e a evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil no período de 1990 a 2005 e comparar as vantagens e desvantagens que elas apresentam em relação aos bancos comerciais.

## **3. Revisão de Literatura**

A literatura sobre cooperativas de crédito rural é bastante restrita. Ela se sobrepõe com a literatura que trata as cooperativas de crédito, que também é restrita. Um dos assuntos relacionados ao tema do presente trabalho, que é bastante discutido, é o que trata de cooperativismo e cooperativas em geral.

Basicamente, os trabalhos têm descrito e analisado os seguintes aspectos: a) a história do cooperativismo; b) como constituir e organizar uma cooperativa; c) principais modelos cooperativistas de crédito; d) constituição e funcionamento de cooperativas de crédito; e) comportamento e análise de cooperativas de crédito rural específicas.

Diversos autores escreveram sobre a história do cooperativismo. A maioria desses autores (ver, por exemplo, Thenório Filho, 1999; Rech, 2000) cita que a história oficial do cooperativismo registra o surgimento das primeiras cooperativas na metade do século XIX, principalmente na Inglaterra e na Alemanha, mas afirmam

que pesquisas históricas aprofundadas revelam tipos de organização semelhantes ao cooperativismo que apareceram muito antes do século XIX (ex: império dos faraós; a civilização dos incas e dos astecas; etc.).

Thenório Filho (1999) faz, também, uma breve abordagem sobre o cooperativismo de crédito no Brasil, citando que o mesmo nasceu no Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1902. O autor destaca que o surgimento do cooperativismo de crédito no Brasil ocorreu quase meio século depois de sua aplicação prática na Inglaterra.

Quanto à questão de como constituir e organizar uma cooperativa, alguns autores (ver, por exemplo, Rech, 2000; Crúzio, 2001) traçam as ações necessárias para a formação de uma cooperativa e dão respostas às perguntas mais frequentes. Eles ainda citam que uma vantagem da cooperativa em relação às empresas é que, além de realizar atividades empresariais no comércio, a cooperativa é dirigida pela totalidade dos seus integrantes, no que se poderia dizer que existe o princípio da autogestão. Oliveira (2001) analisou os problemas de organização das cooperativas e formulou projetos visando uma solução para esses problemas. Segundo ele, há falta de bibliografia inerente à gestão das cooperativas brasileiras.

Diversos autores, como Pinho (1984), Benato (1995), Porto (2002) e Pinheiro (2005) descrevem os principais modelos cooperativistas de crédito, destacando suas principais características e contribuições. Os modelos analisados por eles são: Schulze-Delitzch; Raiffeisen; Luzzatti e Desjardins, sendo este último o mais recente.

Benato (1995) e Bittencourt (2001) tratam da constituição e do funcionamento das cooperativas de crédito. Eles trazem um roteiro com as ações necessárias para que seja realizada a constituição de uma cooperativa de crédito. Destacam ainda que para que ela seja criada não basta vontade política, é preciso existir uma demanda real das pessoas pelo crédito e pelos demais serviços que poderão ser prestados pela cooperativa, além das condições organizativas e econômicas da comunidade ou município que a demanda. Dentro deste tema, Oliveira (2001) e Porto (2002) destacam os principais problemas de gestão das cooperativas de crédito.

Um outro tema bastante abordado por autores é o estudo de cooperativas de crédito (ou de crédito rural) específicas ou para regiões específicas. Por exemplo, Schröder (1998) discute sobre as possibilidades e os limites de atuação das cooperativas de crédito rural “alternativas”, enquanto uma alternativa para a reprodução da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Junqueira (2003) analisa a estrutura e o funcionamento do Sistema Cresol e suas articulações, tentando compreender quais são os mecanismos utilizados pela organização para aumentar a capilaridade do crédito e demonstrando que programas como o Microsol aparecem para integrar definitivamente as organizações de finanças de proximidade.

Da exposição acima, observa-se que há ausência de trabalhos que façam uma comparação entre cooperativas de crédito e bancos comerciais, que é um dos objetivos deste trabalho.

#### **4. Referencial Analítico e Método de Análise**

As cooperativas de crédito, além de absorverem as experiências dos pioneiros de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo na Inglaterra, receberam contribuição resultante de experiências realizadas em alguns países europeus, principalmente Alemanha e Itália.

Assim, surgiram subtipos de cooperativas de crédito que apresentaram princípios distintos daqueles que as inspiraram. Dentre as experiências mais antigas destacam-se as de Schulze-Delitzsch e de Raiffeisen, que inspiraram Luzzatti. E a experiência mais recente é formada pelas cooperativas do tipo Desjardins.

##### **4.1. Schulze-Delitzsch**

Este modelo de cooperativa de crédito tem o sobrenome de seu criador – Herman Schulze – e da pequena cidade de Delitzsch, na Alemanha, onde surgiu por volta de 1849. Herman Schulze foi o pioneiro no que tange às cooperativas urbanas de crédito (Benato, 1995).

Dentre as principais características desse modelo destaca-se o fato de a cooperativa destinar-se, principalmente, à classe média urbana (artesãos, comerciantes, pequenos patrões), não tendo caráter fechado de organização profissional, permitindo assim a participação de todas as categorias econômicas. Isto inspirou as cooperativas do tipo Luzzatti, de origem italiana, que eram abertas a todas as classes econômicas (Porto, 2002). Além disso, apresentam área de atuação não restrita, dirigentes remunerados e retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital (Pinheiro, 2005).

##### **4.2. Raiffeisen**

Em 1848, Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou na Alemanha a primeira cooperativa de crédito (Pinheiro, 2005).

As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios (independentemente do número de quotas-partes), a área de atuação restrita, a ausência de capital social, a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos e a não remuneração dos seus dirigentes (Pinho, 1984; Benato, 1995; Porto, 2002; Pinheiro, 2005).

A primeira cooperativa de crédito brasileira, em Nova Petrópolis (RS), foi baseada nos conceitos de Raiffeisen e se mantém em funcionamento até hoje, sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis (Pinheiro, 2005).

### 4.3. Luzzatti

Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti, organizou, na cidade de Milão, em 1865, a constituição do primeiro banco cooperativo na Itália (Pinheiro, 2005).

Nas décadas de 40 a 60 do século XX, as Luzzattis eram bastante populares no Brasil. Elas tinham como principais características a não existência de vínculo para a associação, exceto limitação geográfica por bairro ou município; quotas de capital de pequeno valor; concessão de crédito, também de pequeno valor, sem garantias reais; não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito (Pinheiro, 2005; Sebrae, 2005).

A primeira cooperativa de crédito tipo luzzatti, no Brasil, foi constituída em março de 1906, no município de Lajeado (RS) e continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado (Pinheiro, 2005).

Em 1965, a criação desse tipo de sociedade cooperativa deixou de ser autorizada e, em 1999, elas foram obrigadas a se converter em entidades mais fechadas à adesão de associados (Sebrae, 2005). Atualmente, segundo dados do Banco Central, apenas 11 Luzzattis atuam no Brasil (posição em 30/09/2005).

### 4.4. Desjardins

Nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa distinta, porém, inspirada pelos modelos de Schulze-Delitzsch, Raiffeisen e Luzzatti (Pinheiro, 2005).

A primeira cooperativa foi criada por Desjardins na província canadense de Québec, em 6 de dezembro de 1900. Esse tipo de cooperativa tinha como principal característica a existência de um ponto comum entre os sócios, reunindo grupos homogêneos, tais como membros de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, por exemplo (Benato, 1995; Porto, 2002; Pinheiro, 2005).

Atualmente, no Brasil, esse tipo de cooperativa é conhecido como cooperativas de crédito mútuo. Segundo dados, de 31/08/2005 do Banco Central, há 940 cooperativas de crédito mútuo no Brasil. Elas são divididas em: atividade profissional (em número de 262), empregados (602), vínculo patronal (15), empreendedores - micros e pequenos (17), livre admissão - pequenos municípios (30), livre admissão - grandes municípios (12), mista (2).

#### 4.5. Método de Análise e os dados

Este trabalho utiliza o método analítico descritivo para avaliar a evolução e funcionamento das cooperativas, fazendo uso de dados secundários obtidos junto a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e o Banco Central do Brasil. Esses dados não são similares e, por isso, são utilizados de maneira distinta. Os dados da OCB permitem analisar a evolução e a distribuição das cooperativas segundo sua finalidade. Os dados do Banco Central permitem comparar a dimensão e importância das cooperativas de crédito rural com o restante do sistema financeiro. Além dessas informações, dados do balanço do Banco do Brasil são comparados com os balanços de duas cooperativas de crédito rural e de seis outras cooperativas de crédito para avaliar os aspectos de risco e rentabilidade e, com isso, verificar a situação das cooperativas de crédito rural com o sistema bancário.

Os indicadores de balanço analisados são:

1. alavancagem =  $(\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}) / \text{patrimônio líquido}$
2. imobilização =  $\text{ativo permanente} / \text{total do ativo}$
3. liquidez imediata =  $(\text{disponibilidades} + \text{títulos e valores imobiliários} + \text{título de renda fixa}) / (\text{passivo circulante e exigível a longo prazo})$
4. rentabilidade operacional =  $\text{resultado operacional} / \text{receitas da intermediação financeira}$
5. rentabilidade do PL =  $\text{sobra líquida} / \text{patrimônio líquido}$

As comparações são feitas para os anos de 2002 a 2005.

### 5. Evolução e situação atual das cooperativas de crédito no Brasil

Esta seção divide-se em dois itens. Inicialmente (item 5.1), discute-se o surgimento do cooperativismo no mundo e no Brasil. Em seguida (item 5.2), analisa-se a evolução das cooperativas no Brasil, dando ênfase a sua distribuição regional e por setores.

#### 5.1. O surgimento do cooperativismo no Mundo e no Brasil

O cooperativismo foi idealizado por vários precursores e iniciou-se, de fato, em 1844, quando 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, criaram uma associação que, mais tarde, seria chamada de Cooperativa. Especializados na venda de alimentos e roupas no comércio local, os artesãos montaram, primeiro, um armazém próprio. Depois, a associação apoiou a construção

ou a compra de casas para os tecelões e montou uma linha de produção para os trabalhadores com salários muito baixos ou desempregados. Desde então, as cooperativas se estabeleceram em vários setores em todo mundo (OCB, 2005).

No Brasil, onde o movimento iniciou-se no final do século XIX, os desafios econômicos impostos pela situação sócio-econômica estimulam a organização de cooperativas como forma de resposta solidária ao contexto mundial. Para solução desses desafios torna-se viável a utilização e o desenvolvimento de todo o potencial cooperativista, no sentido de canalizar os recursos oriundos da força de trabalho de um grupo de pessoas para a aplicação, fomentação e desenvolvimento de sua própria região, sem que haja escoamento desses recursos para outras regiões (Porto, 2002).

Segundo a Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, no âmbito rural, o cooperativismo foi, sem dúvidas, um dos pilares do desenvolvimento do agronegócio, principalmente nos anos 1960 e 1970, com seu pioneirismo na organização das cadeias produtivas, difusão de tecnologia e viabilização de infraestrutura. Recentemente, com a expansão dos demais setores econômicos, o cooperativismo encontrou um campo fértil para se inserir no meio urbano, apresentando-se como uma importante forma de estruturação dos mais diversos ramos de atividades.

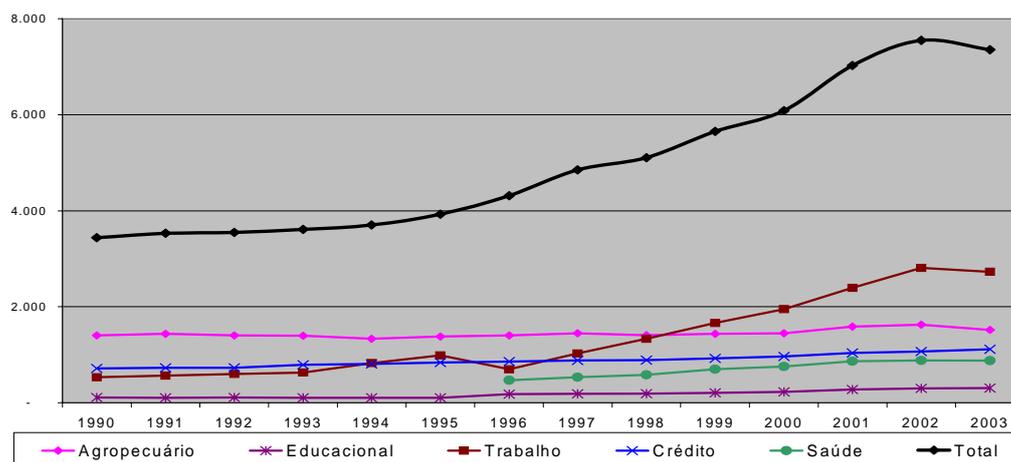
No Brasil, a gestão representativa do sistema é realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como órgão de cúpula de âmbito nacional. Nos estados, as cooperativas congregam-se em torno das organizações estaduais (OCEs), que buscam também orientar a formação de novas cooperativas, bem como o treinamento e desenvolvimento de organizações existentes (Silva Filho, 2001).

## **5.2. Evolução recente e distribuição setorial e regional das cooperativas no Brasil**

O gráfico 1 apresenta a evolução do número das cooperativas no decorrer do tempo. O total de cooperativas teve aumento significativo na década de 90. Quanto às cooperativas de crédito, observa-se que, durante o período analisado, apresentaram um crescimento notável.

As cooperativas são divididas em 13 ramos: agropecuário, consumo, crédito, educação, especial, habitação, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, e transporte. Suas distribuições, nessas categorias, são mostradas na tabela 1.

**Gráfico 1 - Evolução do número de cooperativas, dos principais ramos, registradas na OCB, desde 1990**



Obs.: 1.) de 1990 a 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo de trabalho. A partir de 1996, elas foram excluídas daquele ramo.  
2.) Ano 2002 - As cooperativas de transporte estão incluídas no Ramo Trabalho, apesar de ter sido criado o Ramo Transporte em julho/2001.  
Fonte : Núcleo Banco de Dados - elaboração : GETEC/OCB

**Tabela1 – Distribuição das cooperativas por ramo – posição em dezembro/2005**

Ramo	Cooperativas	Associados	Empregados
AGROPECUÁRIO	1.514	879.918	123.368
CONSUMO	147	2.181.112	6.938
CRÉDITO	1.101	2.164.499	20.555
EDUCACIONAL	319	73.951	3.144
ESPECIAL	10	529	-
HABITACIONAL	355	91.299	1.562
INFRA-ESTRUTURA	160	600.399	5.213
MINERAL	44	15.212	52
PRODUÇÃO	173	17.569	323
SAÚDE	899	287.868	28.599
TRABALHO	1.994	425.181	6.506
TURISMO E LAZER	19	2.917	9
TRANSPORTE	783	50.600	3.411
<b>Total</b>	<b>7.518</b>	<b>6.791.054</b>	<b>199.680</b>

Fonte: OCB

Em termos numéricos, as cooperativas de trabalho são as que se apresentam em maior número (1.994 em dezembro de 2005), mas assumem a 5ª posição em

termos de número de cooperados (associados) e de número de empregados, respectivamente.

O maior número de associados ocorre nas cooperativas de consumo (2.181.112 em dezembro de 2005) seguidas das cooperativas de crédito (2.164.499) e das cooperativas do ramo agropecuário (879.918). Essas últimas são as que mais empregam no cooperativismo nacional. Em dezembro de 2005, 61,78% dos empregados no sistema de cooperativas do Brasil estavam vinculados a cooperativas do ramo agropecuário.

Observa-se na Tabela 1 que as cooperativas de crédito são bastante significativas, representando 14,64% do total, contando com 31,87% do total de associados e empregando 10,29% do total de empregados em dezembro de 2005.

A Tabela 2 traz a distribuição por estado das cooperativas no Brasil. O maior número de cooperativas encontra-se no sudeste (39,22% do total nacional), seguido do nordeste (23,34% do total nacional). Não obstante, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados de maior número de cooperativas no Brasil. Juntos, esses estados respondem por 26,79% do total de cooperativas do Brasil. Infelizmente, não foram encontrados dados da distribuição por estados das cooperativas de crédito.

Tabela 2 – Distribuição por estados das cooperativas no Brasil – posição em dezembro/2005

<b>Região/Estado</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>	<b>Empregados</b>
<b>Norte</b>			
Acre	29	5.466	120
Amapá	68	3.393	406
Amazonas	109	15.583	778
Pará	359	48.839	840
Rondônia	50	18.809	280
Roraima	52	1.463	3
Tocantins	49	7.009	772
<i>total região norte</i>	<i>716</i>	<i>100.562</i>	<i>3.199</i>
<b>Nordeste</b>			
Alagoas	84	12.040	4.006
Bahia	493	107.654	2.796
Ceará	185	72.468	3.705
Maranhão	235	12.709	702
Paraíba	147	42.067	2.151
Pernambuco	224	108.575	1.504
Piauí	114	17.613	225
Rio Grande do Norte	191	72.667	1.464
Sergipe	82	12.656	412
<i>total região nordeste</i>	<i>1.755</i>	<i>458.449</i>	<i>16.965</i>
<b>Sudeste</b>			
Espírito Santo	134	88.665	3.092
Minas Gerais	801	697.147	22.718
Rio de Janeiro	970	132.976	3.532
São Paulo	1.044	2.642.685	30.593
<i>total região sudeste</i>	<i>2.949</i>	<i>3.561.473</i>	<i>59.935</i>
<b>Sul</b>			
Paraná	228	403.195	50.000
Rio Grande do Sul	918	1.278.965	34.161
Santa Catarina	283	625.658	19.611
<i>total região sul</i>	<i>1.429</i>	<i>2.307.818</i>	<i>103.772</i>
<b>Centro-Oeste</b>			
Distrito Federal	213	102.014	1.913
Goiás	188	89.273	6.316
Mato Grosso	182	129.775	4.788
Mato Grosso do Sul	86	41.690	2.792
<i>total região centro-oeste</i>	<i>669</i>	<i>362.752</i>	<i>15.809</i>
<b>TOTAL</b>	<b>7.518</b>	<b>6.791.054</b>	<b>199.680</b>

Fonte: OCB

## **6. A importância das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional**

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), a partir da lei de reforma bancária de 1964, estruturou-se em bases notadamente marcadas pela especialização de seus integrantes nos diversos segmentos do mercado que o compõem. Entretanto, ao longo das décadas, com a sofisticação das transações financeiras, que passaram a requerer ação integrada das diversas unidades do setor financeiro, a manutenção do modelo desagregado tornou os negócios significativamente onerosos. Essa situação se acentuou para as instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo, devido à parcela fixa de seus custos, representada pela rigidez de uma estrutura que obrigava a manutenção de unidades juridicamente independentes especializadas em cada nicho de mercado. Essa realidade provocou alteração nas regras de funcionamento do SFN, a partir de 1988, quando foi permitido agregar em uma única instituição – os bancos múltiplos – diversas modalidades de operações financeiras antes dispersas em várias pessoas jurídicas distintas.

Esse novo quadro regulatório induziu fortemente processos de reorganização societária nos conglomerados financeiros, pelos quais se promoveu a aglutinação de instituições em uma única pessoa jurídica que passou a desempenhar suas funções com impacto sobre as respectivas estruturas de custos. A partir do início da última década do século passado, o SFN já apresentava uma configuração bastante diferenciada daquela existente nas décadas de 1970 e 1980 (Bacen, 2006).

O Sistema Financeiro Nacional é composto por diversas instituições: as instituições financeiras bancárias, que podem criar moeda bancária estrutural, correspondente a lançamentos contábeis de crédito e débito (exemplos: bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito); as instituições financeiras não-bancárias, que não criam moeda escritural (exemplos: bancos de investimento, bancos de desenvolvimento); as instituições financeiras auxiliares, que existem somente para intermediar operações entre poupadores e investidores (exemplos: Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo); e as instituições não financeiras, mas que participam do mercado financeiro (Bittencourt, 2001).

Os bancos comerciais são instituições financeiras cujo objetivo principal é o financiamento da atividade econômica no curto e médio prazo. Eles podem captar recursos por meio de depósitos à vista e por meio de depósitos a prazo (CDB e RDB), além de realizarem operações de crédito, repasses de recursos e prestação de

*Evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005o*

serviços. Os bancos são empresas com fins lucrativos, podendo ser controlados por um ente governamental (governo federal ou estadual) ou privado.

A Cooperativa de Crédito é uma instituição financeira democrática, de ajuda mútua, sem fins lucrativos, integrante do Sistema Financeiro Nacional, sem ser banco. Ela é de propriedade dos seus sócios e administrada e controlada por eles, com a finalidade de prestar assistência creditícia e outros serviços nos moldes bancários aos seus associados, bem como lhes propiciar educação e orientação financeira na sua vida pessoal e profissional.

O cooperativismo de crédito tem como princípio básico a concessão de

**Tabela 3 - Quantidade de instituições autorizadas a funcionar**

Tipo	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003
	Dez	Jun	Dez							
Banco Múltiplo	205	194	180	174	169	163	153	143	139	141
Banco Comercial (1)	35	38	36	28	25	28	28	23	24	23
Banco de Desenvolvimento	6	6	6	6	5	5	4	4	4	4
Caixa Econômica	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	17	23	22	22	21	19	20	23	22	21
Sociedade de CFI	43	48	49	44	42	43	42	46	46	47
Sociedade Corretora de TVM	227	219	202	194	193	187	177	161	157	147
Sociedade Corretora de Câmbio	48	39	37	39	39	41	43	42	42	43
Sociedade Distribuidora de TVM	333	283	238	210	190	177	159	151	151	146
Sociedade de Arrendamento Mercantil	80	75	80	83	81	78	72	65	58	58
Sociedade de Crédito Imobiliário, Associação de Poupança e Empréstimo e Sociedade de Crédito Imobiliário Repassadora (2)	23	22	22	21	19	18	18	18	18	18
Companhia Hipotecária	-	3	3	4	6	7	7	6	6	6
Agência de Fomento (3)	-	-	-	3	5	8	9	10	10	11
1º sub-total	1.019	952	877	830	796	775	733	693	678	666
Cooperativa	980	1.018	1.120	1.198	1.253	1.311	1.379	1.430	1.448	1.454
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (4)	-	-	-	-	4	11	23	37	47	49
2º sub-total	1.999	1.970	1.997	2.028	2.053	2.097	2.135	2.160	2.173	2.169
Consórcio	462	446	433	422	406	407	399	376	368	365
Total	2.461	2.416	2.430	2.450	2.459	2.504	2.534	2.536	2.541	2.534

1/ Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

2/ Inclui Sociedades de Crédito Imobiliário Repassadoras (SCIR) que não podem captar recursos junto ao público.

3/ Em Jan/1999 foi constituída a 1ª Ag. Fomento, nos termos da Res. 2.574, de 17.12.1998.

4/ Em Out/1999 foi constituída a 1ª SCM, nos termos da Res. 2.627, de 2.8.1999.

Fonte: Unicad in BACEN, 2006.

empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus cooperados e no estabelecimento da poupança sistemática, chegando atualmente à prestação de serviços bancários completos.

O número das instituições que integra o SFN, inclusive administradoras de consórcio, tem experimentado nos últimos anos uma sensível redução. Em via contrária, no entanto, o segmento das cooperativas de crédito tem apresentado uma expansão contínua, não somente no número de instituições, mas também em sua participação relativa nas operações do setor (Tabela 3), a despeito de seu pequeno valor.

Tomando-se as operações de crédito do segmento bancário, a participação relativa das cooperativas de crédito saltou de 0,74%, em dezembro de 1997 para 2,14%, em dezembro de 2003 (Tabela 4), o que representa um crescimento médio de mais de 19% ao ano. O volume das operações de crédito dessas instituições cresceu à taxa média anual de 29,3% ao ano de 1996 a 2003 (Tabela 5), mas inferior ao crescimento médio anual dos depósitos (47,2% a.a.). Embora ainda seja pequena a participação das cooperativas de crédito no agregado das operações de crédito do segmento bancário, o seu contínuo crescimento demonstra a consistência desse segmento.

**Tabela 4 - Participação percentual das instituições do segmento bancário nas operações de crédito deste segmento**

Instituição do segmento bancário	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	jun/03	dez/03
Bcos Públicos (+ Caixas Estaduais)	10,3	8,86	8,13	5,12	3,09	4,78	4,66	4,51
Banco do Brasil	10,97	12,05	10,58	10,95	14,53	16,17	18,63	20,36
Caixa Econômica Federal	30,93	32,31	28,74	23	7,13	7,61	8,01	7,86
Bcos Privados Nacionais	35,35	30,97	31,66	34,53	42,13	39,73	39,25	41,31
Bcos com Controle Estrangeiro	11,71	14,88	19,75	25,16	31,51	29,94	27,44	23,82
Cooperativas de Crédito	0,74	0,93	1,14	1,24	1,61	1,77	2,01	2,14
<b>Total</b>	<b>100</b>							

Obs.: Na coleta de dados de dez/2003, 62 instituições ainda não haviam fornecidos dados ao Banco Central, o que representa cerca de 1% do valor do patrimônio do segmento bancário.

*Evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005o*

**Tabela 5 - Variação dos ativos, patrimônio líquido, operações de crédito e depósitos totais de cooperativas de crédito. % de crescimento dos valores absolutos em relação ao ano anterior**

<b>Agregados patrimoniais</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>De 1995 a 2003</b>
Ativos Totais	45,86	45,28	33,8	41,9	31,19	34,04	36,02	28,78	1.139,28
Patrimônio Líquido	41,64	32,29	32,85	27,89	19,58	24,89	27,69	28,43	679,78
Operações de Crédito	34,35	34,52	26,5	27,51	27,83	30,68	22,35	30,57	677,98
Depósitos	68,01	69,77	47,6	41,03	36,57	43,04	42,23	29,37	2.034,33

Fonte: Cosif - transação PCOS200 (doc. 4016) in BACEN, 2006.

Entre 1996 e 2003, o patrimônio líquido total do segmento cooperativista de crédito cresceu 680%, as operações de crédito 678%, os ativos 1.140% e os depósitos 2.034% (Tabela 5). Em 2003, o patrimônio líquido total do segmento cresceu 28%, os ativos totais cresceram 29% e o volume de depósitos cresceu 29% em relação a 2002 (Tabela 5).

Devido a esse desempenho, a participação relativa do conjunto das cooperativas de crédito no total do patrimônio líquido, dos ativos e dos depósitos do segmento bancário também tem apresentado crescimento (Tabelas 6, 7 e 8). Entre dezembro de 1997 e dezembro de 2003, a participação das cooperativas de crédito no patrimônio líquido, no total de ativos e no total de depósitos das instituições bancárias aumentaram, respectivamente, 44,5%, 245,9% e 287,2%.

**Tabela 6 - Participação percentual das instituições do segmento bancário no patrimônio líquido deste segmento**

<b>Instituição do segmento bancário</b>	<b>dez/97</b>	<b>dez/98</b>	<b>dez/99</b>	<b>dez/00</b>	<b>dez/01</b>	<b>dez/02</b>	<b>jun/03</b>	<b>dez/03</b>
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	11,49	11,35	11,1	5,66	3,46	4,6	4,13	4,33
Banco do Brasil	11,76	10,03	9,73	9,89	8,76	7,77	7,81	8,28
Caixa Econômica Federal	9,09	5,42	5,22	3,82	3,9	3,91	3,82	3,92
Bancos Privados Nacionais	51,82	49,75	46,69	50,33	51,14	48,66	53,02	53,17
Bancos com Controle Estrangeiro	14,29	21,86	25,46	28,31	30,72	32,89	29,13	28,06
Cooperativas de Crédito	1,55	1,59	1,8	1,99	2,02	2,17	2,09	2,24
<b>Total</b>	<b>100</b>							

Obs.: Na coleta de dados de dez/2003, 62 instituições ainda não haviam fornecidos dados ao Banco Central, o que representa cerca de 1% do valor do patrimônio do segmento bancário.

Fonte: Cosif - transação PCOS200 (doc. 4016) in BACEN, 2006.

**Tabela 7 - Participação percentual das instituições do segmento bancário nos ativos deste segmento**

Instituição do segmento bancário	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	jun/03	dez/03
Bcos Públicos (+ Caixas Estaduais)	19,06	11,37	10,23	5,62	4,3	5,87	5,51	5,79
Banco do Brasil	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76	17,12	17,59	18,4
Caixa Econômica Federal	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97	11,66	12,22	13,04
Bcos Privados Nacionais	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21	36,93	39,1	40,76
Bcos com Controle Estrangeiro	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86	27,38	24,36	20,73
Cooperativas de Crédito	0,37	0,5	0,66	0,76	0,9	1,04	1,22	1,28
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Obs.: Na coleta de dados de dez/2003, 62 instituições ainda não haviam fornecidos dados ao Banco Central, o que representa cerca de 1% do valor do patrimônio do segmento bancário.

Fonte: Cosif - transação PCOS200 (doc. 4016) in BACEN, 2006.

**Tabela 8 - Participação percentual das instituições do segmento bancário nos depósitos deste segmento**

Instituição do segmento bancário	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	jun/03	dez/03
Bcos Públicos (+ Caixas Estaduais)	17,09	13,26	11,54	7,36	7,15	7,41	7,27	7,26
Banco do Brasil	18	17,41	19,14	17,05	16,98	17,73	18,17	18,64
Caixa Econômica Federal	24,05	20,52	19,91	19,49	19,09	16,92	16,97	16,53
Bcos Privados Nacionais	32,85	33,08	31,82	33,93	35,33	36,6	35,97	38,19
Bcos com Controle Estrangeiro	7,54	15,14	16,8	21,14	20,14	19,82	19,88	17,56
Cooperativas de Crédito	0,47	0,59	0,79	1,03	1,31	1,52	1,74	1,82
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Obs.: Na coleta de dados de dez/2003, 62 instituições ainda não haviam fornecidos dados ao Banco Central, o que representa cerca de 1% do valor do patrimônio do segmento bancário.

Fonte: Cosif - transação PCOS200 (doc. 4016) in BACEN, 2005

## **7 Regras de funcionamento das cooperativas de crédito**

### **7.1. Princípios básicos para constituir uma cooperativa de crédito no Brasil**

Segundo informações do SEBRAE, para se constituir uma cooperativa de crédito é preciso observar a legislação em vigor, em especial as normas previstas na Resolução nº 3.106, de 25 de junho de 2003, do Banco Central do Brasil, e demais disposições regulamentares vigentes. Previamente à sua constituição, os interessados devem apresentar ao Banco Central do Brasil projeto abordando, dentre outros, os seguintes pontos:

- a) identificação do grupo de associados fundadores e, quando for o caso, das entidades fornecedoras de apoio técnico ou financeiro, com abordagem das motivações e propósitos que levaram à decisão de constituir a cooperativa;
- b) condições estatutárias de associação e área de atuação pretendida;
- c) cooperativa central de crédito a que será filiada, ou, na hipótese de não filiação, os motivos que determinaram essa decisão, evidenciando, nesse caso, como a cooperativa pretende suprir os serviços prestados pelas centrais;
- d) estrutura organizacional prevista;
- e) descrição do sistema de controles internos, com vista à adequada supervisão de atividades por parte da administração;
- f) estimativa do número de pessoas que preenchem as condições de associação e do crescimento do quadro nos três anos seguintes de funcionamento, indicando as formas de divulgação visando atrair novos associados;
- g) descrição dos serviços a serem prestados, da política de crédito e das tecnologias e sistemas empregados no atendimento aos associados;
- h) medidas visando a efetiva participação dos associados nas assembléias;
- i) formas de divulgação aos associados das deliberações adotadas nas assembléias, demonstrativos financeiros, pareceres de auditoria e atos da administração;
- j) definição de prazo máximo para início de atividades após a eventual concessão da autorização para funcionamento.

### **7.2. A legislação que regulamenta as cooperativas de crédito**

Uma das preocupações do governo federal tem sido a de ampliar o acesso a serviços financeiros para uma grande parte da população brasileira e, bem assim, promover ao longo dos próximos anos uma sensível redução nos *spreads* das atividades de intermediação financeira. Nesse contexto, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil regulamentaram diversas ações e instrumentos

com vistas à ampliação dos mecanismos facilitadores de acesso da população ao sistema financeiro.

No campo do cooperativismo de crédito essas ações estiveram presentes por meio da edição das Resoluções nº 3.058, de 20.12.2002, nº 3.106, de 25.6.2003 e nº 3.140, de 27.11.2003, que, dentre outros objetivos, buscaram promover o fortalecimento desse cooperativismo, mediante o aprimoramento de dispositivos regulamentares a ele aplicáveis que, de um lado, ampliou o papel das cooperativas centrais e, de outro, permitiu a criação de cooperativas de pequenos, microempresários, microempreendedores, empresários e de livre admissão de associados, alterando o modelo anterior, em que essas instituições só podiam atender segmentos específicos da população.

A Resolução nº 3.058 permite a constituição de cooperativas de crédito mútuo formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural, cuja receita bruta anual, por ocasião da associação, seja igual ou inferior ao limite estabelecido pela legislação em vigor para pequenas empresas.

A Resolução nº 3.106 estabeleceu a necessidade de projeto prévio para a constituição de qualquer cooperativa de crédito, devendo constar do projeto, dentre outros pontos, a descrição dos sistemas de controles internos, estimativa do número de pessoas que preenchem as condições de associação e do crescimento do quadro de associados nos três anos seguintes de funcionamento; descrição dos serviços a serem prestados, da política de crédito e das tecnologias e sistemas empregados no atendimento aos associados.

A Resolução nº 3.140 alterou a Resolução nº 3.106, permitindo a constituição de cooperativas de crédito de empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal, ou direta ou indiretamente a associação patronal de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos, a partir da constituição da cooperativa.

O benefício esperado pela introdução dessas novas regras é o de permitir a organização de populações hoje com pouco acesso a serviços financeiros (exemplo: populações localizadas longe dos grandes centros urbanos) e permitir a mobilização e aplicação de recursos em seu próprio benefício, estimulando assim pequenos empreendimentos rurais e urbanos geradores de empregos. Em relação aos maiores centros, deve-se esperar um aumento da competitividade no sistema financeiro, podendo promover a queda do *spread* bancário.

O impacto entre a maior demanda por abertura de cooperativas de crédito e o aumento da exigência de qualificação no acesso provocou, de início, um retardamento nas decisões. Do lado dos interessados, de modo geral, eles não tinham

maiores experiências na preparação de projetos da espécie, pelo menos dentro da ótica requerida pelas normas. Do lado da autoridade reguladora, há a necessidade da equipe passar por um processo de treinamento.

Foram adotadas ações de natureza interna e externa na busca da melhor adequação às novas regras. Das iniciativas internas se destacaram o treinamento e a qualificação da equipe. Do ponto de vista externo, destacou-se o direcionamento de representantes da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro para participação em Seminários, Workshops, Congressos e Reuniões de Trabalho, onde são oferecidas palestras e realizadas apresentações com o objetivo de esclarecer as novas regras.

## **8. Principais diferenças entre cooperativas de crédito e bancos comerciais**

Uma cooperativa de crédito é uma associação que presta basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos: financia a produção e os investimentos; cobra contas; fornece talão de cheques e opções de aplicação para seus associados.

As cooperativas, assim como os bancos, detêm atribuições e regalias legais para participar de programas oficiais de crédito, embora, na prática, as credis (cooperativas de crédito rural) ainda encontrem algumas dificuldades para operacionalizar este direito (Búrigo, 1997).

A principal diferença entre as cooperativas e os bancos está em seus proprietários serem os seus clientes, não precisando ter lucro para funcionar, bastando ser remunerada o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de taxas. Assim, quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas (Bittencourt, 2001; Búrigo, 1997).

Outra diferença é em relação ao tamanho e ao destino dos rendimentos recebidos com as operações. Enquanto nos bancos tais rendimentos são apropriados pelos donos, constituindo lucro, nas cooperativas de crédito as taxas são menores e, quando existem sobras, são divididas entre os associados ou são utilizadas para a capitalização da cooperativa, por meio da elevação do valor da cota capital dos associados. Além do baixo custo operacional das cooperativas, devido a sua menor estrutura física e de pessoal, elas podem fornecer empréstimos com taxas de juros abaixo das praticadas pelos bancos e ainda remunerar as aplicações de seus associados com taxas superiores às do mercado (Bittencourt, 1999 e 2001).

Nas cooperativas de crédito, a maior parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município, contribuindo para o seu desenvolvimento. Além disso, enquanto os bancos precisam aplicar apenas 25% de seus “depósitos à vista” na

agricultura, as cooperativas de crédito rural aplicam no mínimo 60% (Búrigo, 1997; Bittencourt, 2001).

Da mesma forma que os bancos, as cooperativas de crédito movimentam o recurso de seus associados, podendo também atuar no repasse de recursos públicos por meio de programas oficiais de crédito (ex: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER), como comentam Bittencourt (1999 e 2001).

As principais diferenças entre as Cooperativas de Crédito e os bancos são representadas no quadro a seguir.

**Quadro 2 – Comparação entre bancos e cooperativas de crédito**

ATIVIDADE	BANCOS	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
Direção	Donos (ou governos)	Associados
Captação e Rendas	Transfere às grandes cidades	Retém e aplica no local
Programas Oficiais	Participa (alguns)	Pode participar, principalmente, do de crédito rural
Crédito	Prioriza os grandes projetos ou atividades selecionadas	Analisa a necessidade e a capacidade de investimento e pagamento dos associados
Taxa de juros	Sempre as do mercado	Sempre abaixo do mercado
Lucros/Sobras	São lucros, os quais remuneram os donos e/ou acionistas	São sobras, as quais são distribuídas entre os associados ou são reinvestidos na cooperativa
Custo Operacional	Maior, devido às estruturas	Menor (pequenas estruturas)
Serviços Financeiros	Cobra elevadas taxas (visa lucro)	Cobra uma pequena taxa pelos serviços (não visa lucro)
Atendimento	Impessoal ou de acordo com o dinheiro do cliente	Tende a ser pessoal para todos os associados

Fonte: Bittencourt (2001).

Mesmo pagando mais aos poupadores e cobrando menos dos devedores, as cooperativas apresentam melhores indicadores de rendimento e risco que grandes bancos que dominam operações de crédito rural, como é o caso do Banco do Brasil.

Analisando a tabela 9, que traz indicadores financeiros do Banco do Brasil, de duas cooperativas de crédito rural (Credicitrus e Jicred) e de seis cooperativas de crédito, constata-se que: (1) as cooperativas de crédito rural têm menor alavancagem

e, com isso, estão sujeitas a menor risco; (2) a imobilização das cooperativas de crédito rural tem sido menor do que as do Banco do Brasil e das outras cooperativas de crédito, dando às cooperativas de crédito rural um menor custo operacional e maior flexibilidade; e, (3) a rentabilidade das cooperativas de crédito rural tem sido iguais ou superiores às do Banco do Brasil e de outras cooperativas de crédito.

Tabela 9 – Indicadores do Balanço de Pagamentos

	Indicador																								
	Alavancagem (em pontos)					Inobilização (%)					Liquidez Imediata (em pontos)					Rentabilidade operacional (%)					Rentabilidade do PL (%)				
Empresa	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
BB	21,25	17,91	15,94	14,01	47,3	37,08	35,86	33,12	0,41	0,42	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39	34,68	37,57	32,66	41,72	22,05	19,56	21,44	24,65	23,43	23,43
Credicitrus	3,33	3,06	3,26	3,87	13,39	13,66	12,86	11,57	0,52	0,33	0,49	0,59	0,52	0,44	0,44	22,01	37,28	29,61	23,05	21,02	36,93	29,18	15,1	1,26	1,26
Credisc	1,34	1,57	1,83	4,73	11,43	6,98	3,09	0,3	0,35	0,3	0,35	0,3	0,35	0,3	0,3	52,18	61,42	50,25	14,6	33,92	39,92	32,66	15,1	1,26	1,26
Jicred	4,77	4,47	4,42	4,42	30,01	28,02	27,23	27,68	0,76	0,63	0,7	0,63	0,7	0,63	0,7	17,36	15,7	14,6	13,2	23,64	17,75	16,01	14,95	13,44	13,44
Sicredi MT	2,7	2,32	2,15	4,49	33,48	30,69	29,56	25,74	0,7	0,59	0,68	0,59	0,68	0,59	0,68	17,23	14,55	13,41	15,8	16,34	17,62	14,9	13,58	16,26	16,26
Sicredi PR	5,3	5,1	5,17	4,9	27,49	27,56	30,73	27,56	0,63	0,59	0,56	0,56	0,56	0,56	0,56	15,12	4,75	10,3	10,3	15,33	15,33	4,92	10,8	10,8	10,8

Fonte: Cálculos dos autores com base nos balanços publicados pelas empresas analisadas.

Notas: BB = Banco do Brasil; Credicitrus = Cooperativa de Crédito Rural Cooperitrus; Credisc = Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Estaduais e Federais de Santa Catarina; Jicred = Cooperativa de Crédito Rural de Jh-Paraná; Sicredi = Sistema de crédito cooperativo das cooperativas de crédito singulares; Sicredi MT = Sistema de crédito cooperativo da cooperativa central MT (Mato Grosso, Rondônia e Pará); Sicredi PR = Sistema de crédito cooperativo da cooperativa central PR (Paraná); Sicredi RS = Sistema de crédito cooperativo da cooperativa central RS (Rio Grande do Sul e Santa Catarina); Sicredi SP = Sistema de crédito cooperativo da cooperativa central SP (São Paulo).

Ressalva: Nas cooperativas Jicred, Credisc e Credisan foram utilizados os dados de passivo circulante + exigível a longo prazo no cálculo da liquidez imediata, visto que estes dados não foram disponibilizados isoladamente.

## **9. Conclusões**

As cooperativas de crédito, através de sua expansão contínua nos últimos dez anos, têm se mostrado cada vez mais importantes para o desenvolvimento do nosso país. Isso pode ser observado analisando a evolução do número de cooperativas de crédito nos últimos dez anos e também pela sua participação relativa nas operações do setor bancário.

Como instituições financeiras, as cooperativas de crédito podem oferecer serviços aos seus associados, tais como, conta corrente, talão de cheques e limite em conta corrente (cheque especial); depósito a prazo cooperativo (espécie de poupança); recebimento de contas; pagamento de funcionários de cooperativas, prefeituras, etc; crédito pessoal; crédito rural com recursos próprios; crédito rural com repasse de recursos oficiais (ou prestação de serviços); desconto de cheques; administração de fundos públicos e fundos rotativos privados. Resumindo, as cooperativas de crédito prestam basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos. Além disso, o atendimento é personalizado, pois o cliente é o associado.

As vantagens das cooperativas em relação aos bancos são facilmente destacadas, sendo que as principais são quanto ao sistema de direção, as oportunidades de menores taxas nas operações de empréstimos, possibilidade dos associados se beneficiarem da distribuição de sobras ou excedentes.

As cooperativas contribuem com o desenvolvimento local, dado que a grande parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município. Elas, ainda, têm a possibilidade de criação, a partir das sobras ou excedentes, de fundos para investimentos em ações sociais e de educação para os próprios cooperados.

Indicadores de risco e rentabilidade evidenciam casos em que as cooperativas de crédito apresentam melhores desempenhos que grandes bancos, como o Banco do Brasil. No entanto, por serem empresas locais e dependentes da concepção e vontade de seus associados, as cooperativas de crédito dependerão, no futuro, de sua maior divulgação para ampliar ainda mais sua participação no sistema financeiro.

## **Referências Bibliográficas**

BANCO CENTRAL DO BRASIL

<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200312/texto.asp?idpai=REVSFN200312#IA>, em 05/01/2006.

BENATO, J. V. A. Cooperativas de Crédito Rural, o Elo Financeiro. COCECRER - São Paulo, maio/95.

- BITTENCOURT, G. A. Cooperativas de Crédito. Contag/CUT. Série Experiências 09. São Paulo, 1999.
- BITTENCOURT, G. A. Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento. Estudos NEAD 4, 2001.
- BÚRIGO, F. L. Cooperativas de Crédito Rural – Uma Opção para Democratizar o Financiamento Rural. Apresentado no Seminário “A Agricultura Familiar como Base do Desenvolvimento Rural Sustentável” promovido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Embrapa e Rede Vida – Ciara. Jaguariúna, SP, dez/1997.
- CREDICITRUS <http://www.credicitrus.com.br/ubalanco.htm>, em 10/03/2006.
- CRÚZIO, H. O. Como Organizar e Administrar uma Cooperativa. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- DIRETORIA DE AGRONEGÓCIOS. Banco do Brasil e Cooperativas in Revista de Política Agrícola. Ano XIII, dez/2004, nº4.
- JI-CRED <http://www.jicred.com.br/balanco.htm>, em 15/03/2006.
- JUNQUEIRA, R. G. P. Finanças Solidárias e Agricultura Familiar: O Sistema Cresol de Cooperativa de Crédito Rural. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- OCB <http://www.brasilcooperativo.com.br>, em 15/12/2006.
- OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão de Cooperativas: Uma Abordagem Prática. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS <http://www.ocb.org.br/>, em 17/12/2005.
- PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil. Banco Central do Brasil – 3ª ed. – Brasília, 2005.
- PINHO, D. V. Cooperativas de Crédito in Tipologia Cooperativista (Manual de Cooperativismo, v.4). São Paulo, 1984.
- PORTO, W.S. Avaliação de Desempenho de Cooperativas de Crédito Rural Baseada no Uso do Balanced Scorecard: Uma Proposta de Modelo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- RECH, D. Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

*Evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005o*

SCHRÖDER, M. O Cooperativismo de Crédito Rural no Oeste Catarinense: Possibilidades e Limites de uma alternativa para a Agricultura Familiar. Artigo baseado nos Resultados da Dissertação de Mestrado da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, 1998.

SEBRAE [http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos\\_servicos/credito\\_cooperativa.php](http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos_servicos/credito_cooperativa.php), em 15/12/2005.

SEBRAE <http://www.sebrae-sc.com.br/credito/>, em 15/12/2005.

SEBRAE <http://www.sebrae.com.br>, em 29/11/2006.

SILVA FILHO, G. T. Estratégia para Competitividade em Cooperativas de Crédito: o Caso da Credivertentes. Dissertação de Mestrado. Lavras, Minas Gerais, 2001.

THENÓRIO FILHO, L.D. Pelos Caminhos do Cooperativismo: com Destino ao Crédito Mútuo. 1ª ed. – São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 1999.

VALOR 1000. São Paulo, 2005 - . Anual.